



## **A formatura dos cursos de graduação como mecanismo de organização e desorganização do espaço público nas universidades federais**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrigo  
Cléia Normandina Silveira Ramos**

### **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa **As solenidades públicas de colação de grau<sup>1</sup> como mecanismo de organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina** em desenvolvimento por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrigo. O objetivo do estudo é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores acadêmicos. As formaturas da Instituição até o fim da década de 80 apresentavam o caráter público e democrático. A partir da década de 90 foram privatizadas e no ano de 2004, foi resgatado seu caráter institucional, público e democrático. A devolução da formatura pública para a comunidade garantiu a participação na solenidade, de todos os formandos em igualdade de condições e sem custos para o estudante. Trata-se da democratização das solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação, na perspectiva de resgatar o seu caráter público, fortalecendo o exercício da cidadania dos seus estudantes e familiares, que foi fortemente abalado a partir da década de 90. Analisar a contribuição das formaturas públicas da UFSC para a construção, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na Universidade, é o foco principal da referida pesquisa.

**Palavras-chaves:** espaço público, universidade, colação de grau, formatura

---

<sup>1</sup> Para este artigo, as expressões “solenidade de colação de grau” e “formatura” serão consideradas sinônimas.

## **Considerações Iniciais**

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa em desenvolvimento por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no curso de Mestrado em Administração Universitária, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrigo intitulado **As solenidades públicas de colação de grau como mecanismo de organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina**. O principal objetivo deste estudo é analisar a contribuição das solenidades públicas de colação de grau da Universidade Federal de Santa Catarina em nível de graduação, resgatadas a partir de 2004, com vistas à organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público na universidade como instituição social, sob a perspectiva dos gestores acadêmicos.

Para a concepção do desenvolvimento deste estudo, buscamos compreender o processo de desenvolvimento das políticas públicas educacionais brasileiras, implementadas a partir dos anos 1990, com vistas a compreender seus reflexos sobre as formaturas dos cursos de graduação da UFSC.

Partimos da concepção da universidade como uma instituição social na medida em que esta se insere na divisão social e política da sociedade na busca da definição dos princípios universais que lhes permitem analisar as contradições impostas pela divisão social. Esta postura a diferencia de uma organização social que, segundo Chauí (2003), gera seu espaço e tempo particulares, aceitando sua inserção num dos pólos da divisão social, sendo seu alvo, não a resposta para as contradições mas sim, vencer a competição com seus supostos iguais.

Isto posto, para a contextualização do presente estudo partimos dos seguintes questionamentos: a solenidade pública de colação de grau da UFSC, que foi resgatada a partir de 2004 e que vem sendo aprimorada até os dias atuais, está realmente cumprindo com o seu objetivo, ou seja, desenvolver e preservar o espaço público? Os gestores acadêmicos envolvidos com esse processo, que interagem diretamente com os formandos, percebem essa contribuição?

Na busca de respostas para estes questionamentos, buscamos compreender a relação existente entre o espaço público e o espaço privado na UFSC, como ele se desenvolve na perspectiva do fortalecimento da Universidade como Instituição pública e social e qual o reflexo da prática da formatura dos cursos de graduação da Universidade neste processo.

## **O espaço público e o espaço privado e sua relação na universidade**

Falar de espaço público é falar de movimento, de organização e desorganização, de fortalecimento e enfraquecimento. É falar de preservação, de acesso democrático, de pluralidade e de ausência de interesses unilaterais. Falar em espaço público em uma universidade federal é falar também em políticas públicas e em políticas educacionais que influenciam sobremaneira a educação superior, aumentando ou diminuindo a legitimidade da universidade diante da sociedade.

Chauí (2003) e Santos (2005) destacam como reflexo das políticas neoliberais sobre as políticas educacionais, além do incentivo à privatização desse enclave, a mudança do foco da formação acadêmica universitária, que passa a ser voltada para as exigências do mercado, desfigurando a essência da educação que é a formação do cidadão. Os autores também ressaltam o reflexo das políticas públicas sobre a educação superior, o que desencadeou o processo de mercadorização da educação, à luz da ideologia neoliberal, que convergem para as diretrizes do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Com essa política, a

educação superior pública passou a sofrer um desinvestimento que repercutiu sobremaneira no enfraquecimento do espaço público, fortalecendo o privado.

Considerando a universidade pública como uma instituição social que “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p. 1) e que é mantida pela sociedade, legitimada na medida em que responde socialmente com ações que promovam o desenvolvimento dessa sociedade, seria interessante que seus gestores promovessem ações visando ao fortalecimento da universidade como instituição pública e, como consequência, do espaço público existente na instituição.

Todavia, há de se considerar que, para que isso ocorra, é necessário repensar a universidade como espaço institucional histórico de formação humana, de reflexão crítica, de produção e socialização de conhecimentos voltados para a construção da cidadania, numa globalização da vida e da dignidade humana (MINGUILI; CHAVES; FORESTI, 2010).

É necessário que a instituição Universidade seja entendida na sua dimensão diante da sociedade e que seu espaço público seja desenvolvido e preservado. Utilizando as palavras de Roio (2008, p. 3):

Há que se compreender que a Universidade é apenas um pequeno, mas crucial elemento na vida do País, pois é nessa instância que, em grande medida, se produz conhecimento e se reproduz conhecimento, se qualifica para o trabalho social e para a vida pública. Se não predomina no seio da Universidade a visão de um espaço público e democrático dotado de normas, e voltado para os interesses gerais da humanidade, pouco pode ser feito.

Em outras palavras, é a gestão universitária procurando a democratização do espaço público. Um espaço que pode ser encontrado na UFSC, nas mais diversas dimensões. No exercício do trabalho acadêmico do docente, no ensino, na pesquisa ou na extensão (BÚRIGO, 2003), nas atividades administrativas que envolvem a comunidade universitária, ou nos espaços construídos pelos próprios estudantes.

Assim, vemos na UFSC um espaço público onde a pluralidade é presente, onde as opiniões interagem livremente; um espaço comum construído com bases democráticas, que devem objetivar o bem comum (HABERMAS, 1984; ARENDT, 1999).

Ao refletir sobre as palavras público e privado, é possível perceber o quanto elas fazem parte do cotidiano das pessoas e como assumem diferentes valores e papéis, de acordo com o campo de conhecimento em que sejam analisadas.

Segundo o *Dicionário Etimológico da língua portuguesa* (FLORENZANO, 1996, p. 219), o vocábulo *público* significa “o que é de todos; conhecido; geral; do domínio do povo”.. Nesse mesmo dicionário, o vocábulo *privado* aparece com o significado de “que não é público; desprovido; que não dispõe de; particular:[...]” (FLORENZANO, 1996, p. 216).

Atentos ao tema organização, desenvolvimento e preservação do espaço público, estudiosos como Habermas (1984) e Arendt (1999) têm tratado esse assunto demonstrando a importância do entendimento sobre a dimensão do espaço público e do espaço privado, sobre como esses espaços interagem entre si e como a sociedade se comporta diante deles.

Na concepção de Habermas (1984), espaço público é um espaço onde os cidadãos livremente se encontram para, de maneira racional, debaterem e desenvolverem argumentos sobre a vida comum. É um espaço plural de debates, construído sob bases democráticas, onde os cidadãos interagem livremente na busca comum de alternativas que promovam o bem público. É um espaço onde a livre comunicação ocupa um lugar de supremacia, dada a sua importância diante da disseminação da informação, sob as mais diversas formas de atuação. O autor conceitua *públicos* como “certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um.” (HABERMAS, 1984, p. 14). Ao fazer referência ao poder público, o autor atribui ao Estado esse poder e afirma que “Ele deve o atributo de ser

público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos.” (HARBEMAS, 1984, p. 14). Daí a importância de os gestores públicos terem consciência da dimensão das atividades que exercem como representantes públicos do Estado.

O espaço público existente na universidade pública é um espaço onde a pluralidade é presente pela própria diversidade e complexidade da instituição. Nesse sentido, vem ao encontro da definição de Arendt (1999, p. 62), que considera esse espaço plural e comum, ou seja, “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. A autora defende também a importância da preservação dele para as próximas gerações ao destacar que “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.” (ARENDR, 1999, p. 64). Ela o caracteriza ainda como um espaço onde não há lugar para os interesses exclusivamente privados.

Tenório (2008, p. 41), ao se referir à esfera pública, a conceitua segundo os pressupostos da “igualdade de direitos individuais (sociais, políticos e civis) e discussão, sem violência ou qualquer outro tipo de coação”. Complementa o conceito traduzindo a esfera pública como um espaço subjetivo e comunicativo onde as pessoas compartilham suas inquietações por meio do entendimento mútuo.

Búrigo (2003, p. 82), ao tratar do tema, concebe o espaço público segundo a concepção de Harbemas (1984) e Arendt (1999) e afirma que é “um espaço onde diferentes percepções se entrelaçam, no objetivo ao atendimento de uma meta comum, do bem público”.

Ao relacionar o espaço público com o espaço privado, a autora alerta que

esse espaço não é a ampliação do espaço privado, mas um fórum de debates, um lugar de opinião livre. Não é um espaço de supremacia dos interesses privados, mas um espaço de direitos construídos, de interação dialógica, na busca de objetivos comuns. É um espaço em movimento, que organiza-se e desorganiza-se [...] (BÚRIGO, 2003, p. 82).

A relação do público e privado é antagônica, ou seja, o que é privado não é público, e vice-versa. Assim, na medida em que os gestores do espaço público permitem que ele seja orientado por visões que atendam a interesses particulares, esse espaço passa a ser descaracterizado e conseqüentemente não cumprindo mais o seu papel. Búrigo (2003, p. 88) salienta a perda do sentido de público, a partir do momento em que “este mundo comum, este objeto, é visto apenas sob um prisma, como, por exemplo, o prisma do lucro, do mercado, do atendimento das ideologias da classe dominante, do capital”.

Ao tratar do espaço público existente nas universidades públicas, há de se considerar o crescimento dos espaços privados que vem ocorrendo e que, na grande maioria, é influenciado pela pressão exercida pelos interesses econômicos do mercado. Búrigo (2003, p. 82), associa o enfraquecimento do espaço público existente na universidade pública “à incidência de organização do espaço privado, que vem se constituindo na universidade pública, essencialmente através do processo de racionalidade financeira, como um dos princípios neoliberais”.

Assim, o que se tem visto é a coisa pública sendo apropriada e administrada sob a perspectiva da esfera privada. A separação do que é público e privado está cada vez mais difusa, pois a linha que os divide, é quase invisível. Essa cultura de apropriação do espaço público é disseminada e fortalecida, muitas vezes, pelas próprias políticas institucionais que pecam ao não focarem no desenvolvimento e na preservação do espaço público existente na universidade. Assim, há de se destacar a importância de os gestores universitários manterem-se atentos aos movimentos que possam provocar o comprometimento desse espaço público, com a ampliação dos espaços privados dentro da própria instituição, gerando dependência à

esfera privada, que, conforme Habermas (1984, p. 39), “delimita a sociedade em relação ao poder público”.

Ao pensar a administração universitária pública sob a perspectiva do desenvolvimento do espaço público, há de se considerar que ela deve ser praticada “como um processo intersubjetivo, dialógico, onde todos têm direito à fala”, em um espaço público que deve ser desenvolvido e preservado por meio de um processo gerencial “decisório deliberativo que procure atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico.” (TENÓRIO, 2008, p. 54).

Por fim, o espaço público na universidade federal tem passado por momentos turbulentos. Em alguns períodos parece que é fortalecido; em outros, desorganizado e enfraquecido. Esse movimento de organização e desorganização se dá, em função de aspectos como as políticas públicas que influenciam as políticas educacionais; os movimentos sociais; as ações institucionais; o trabalho acadêmico do professor, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão; e as atividades laborais exercidas pelos gestores universitários e demais servidores.

Cabe salientar que os gestores públicos universitários, pela essência do cargo público que ocupam, devem promover ações que, além de visarem ao desenvolvimento e à preservação do espaço público, devem contribuir para erradicação, dentro da instituição, da unilateralidade de interesses, principalmente quando nesses interesses estão envolvidos aspectos econômicos e políticos que ampliam a margem que separa as classes sociais. Essas ações tornam-se importante na medida em que a legitimidade de uma instituição pública, diante da sociedade, é enfraquecida quando ela permite que o privilégio continue privilegiando o que já é privilegiado.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, consideramos que é possível perceber algumas ações que objetivam o resgate, o desenvolvimento e a preservação do espaço público, resgatando-o e fortalecendo o caráter de instituição social da Universidade. Entre essas ações, apresentamos a institucionalização das solenidades públicas de colação de grau.

Julgamos que exemplos como o da UFSC, que democratizou e institucionalizou o processo de colação de grau dos seus cursos de graduação, resgatando o caráter público e acadêmico, contribuem para o desenvolvimento desse espaço público e para a sua preservação. Acreditamos nisso, na medida em que a prática adotada a partir de 2004 garante a participação, com dignidade, de todos os formandos, em igualdade de condições, independentemente da sua situação socioeconômica. Analisar essa contribuição, por meio de métodos de pesquisa preestabelecidos, é o objetivo do projeto de pesquisa que encontra-se em desenvolvimento na UFSC..

### **A formatura dos cursos de graduação da UFSC e sua relação com a organização e desorganização do espaço público institucional.**

A colação de grau é uma atividade obrigatória para que o formando possa obter seu diploma e, conseqüentemente, possa atuar na sua área de formação. Assim, cabe ao aluno cumprir os requisitos exigidos na grade curricular do seu curso e, à Universidade, proporcionar as condições necessárias e dignas para que o aluno receba sua outorga de grau.

Essa prática na UFSC está devidamente regulamentada por meio dos artigos 30º e do parágrafo 1º do Art.65º do Estatuto da Universidade (UFSC, 2011); dos artigos 91º e 95º do Regimento Geral da UFSC (UFSC, 1982) e dos parágrafos 1º e 2º do Art. 109º da Resolução 17/CUN/97 do Conselho Universitário (UFSC, 1997).

Ao recordar as solenidades de colação de grau pública do período anterior à década de 1990, quando a globalização e a expansão das universidades privadas ainda não eram tão fortemente presentes, e comparar com as solenidades contemporâneas, fica clara a mudança ocorrida e a agregação de valores inerentes aos interesses econômicos que dominam essa área,

transformando a solenidade de colação de grau pública em uma prática acadêmica excludente, enfraquecendo o espaço público inerente a essa atividade.

Durante o período entre a década de 1960 e o final da década de 1980, sem espetacularização, sem luxo, porém com todos os ritos inerentes à formatura, os formandos indiscriminadamente, participavam da solenidade que na época era fundamentalmente acadêmica e institucional. Sentimentos como emoção e orgulho se faziam presentes em cada formando e seus familiares.

Porém, sob influência das políticas neoliberais implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, o mercado passou a nortear o comportamento da sociedade, e as colações de grau passaram a representar um bom negócio para o setor privado, que se fortaleceu com o aumento do número de empresas especializadas em organização de formaturas. Atualmente, ao pesquisar o termo “formatura” nas ferramentas de busca da internet, seguramente será apresentado um grande número de indicações de empresas oferecendo serviços para organizar as cerimônias.

Paralelamente a essa situação, a universidade pública federal vivenciou o cerceamento financeiro, consequência da implementação de políticas públicas educacionais balizadas pelas políticas neoliberais adotadas pelo Governo Federal. Esse cerceamento potencializou o desenvolvimento de mecanismos de sustentação da própria instituição. Esses mecanismos, em alguns casos, representaram um olhar menos crítico dos gestores da universidade para determinadas atividades, favorecendo a apropriação dos seus espaços públicos. No caso das formaturas dos cursos de graduação da UFSC, é possível que os ritos institucionais tenham sofrido certo demérito diante da percepção dos gestores acadêmicos, o que provocou a reprodução, dentro da instituição, das relações predominantes no mercado e a consequente supressão dos direitos de participação dos formandos em igualdade de condições.

Assim, o mercado apropriou-se da formatura pública da UFSC, desorganizando o espaço público existente e transformando a formatura em uma atividade privada dentro de uma instituição pública, com características excludentes reduzindo e muito seu caráter público e acadêmico.

Para entender esse fenômeno de mercadorização da solenidade de colação de grau, é importante considerar a importância que essa cerimônia representa para o estudante e seus familiares, e como isso é utilizado pelas empresas como alvo de assédio e convencimento.

A expectativa pelo dia formatura faz parte do cotidiano dos alunos e é construída tanto pela intervenção das próprias empresas especializadas, que fazem suas visitas às turmas dos cursos de graduação já nas primeiras fases, envolvendo e convencendo os estudantes para prática da luxuosa solenidade, quanto pela cultura inerente à sociedade contemporânea que fortaleceu o gosto pelo luxo e pelo *glamour*. Ao consultar, no ano de 2010, empresas especializadas sobre o custo médio para o formando participar de uma formatura, foi possível chegar a valores que variam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 6.000,00. Fica claro também, o que está por trás do assédio aos formandos para o luxo e o *glamour*, ou seja, o crescimento do faturamento das empresas especializadas.

Ao pesquisar sobre o formato das solenidades de colação de grau praticadas entre 1990 e 2004, poucos registros e fontes bibliográficas foram encontrados, todavia, considerando nossa vivência acadêmica e profissional na Instituição e relatos de servidores envolvidos com essa atividade durante esse período, fica claro que a espetacularização e a mercadorização também passaram a fazer parte das formaturas na UFSC. Luxuosas solenidades, em salões ou centros de convenções impecavelmente decorados, personalidades públicas da área de comunicação atuando como mestres de cerimônias, *shows* de luzes, som e imagem faziam parte do espetáculo. Toda a organização da solenidade era realizada pelas empresas que definiam as regras de participação, cabendo à UFSC apenas fornecer a relação dos formandos e se fazer presente, por meio do reitor ou seu representante legal, para

proceder a outorga de grau. Essa prática limitava a participação na solenidade apenas aos formandos que pagassem os serviços prestados pelas empresas especializadas do setor.

Nesses termos, o que passou a acontecer com as formaturas da UFSC, foi um tolhimento do direito democrático de participação do aluno nas solenidades. Bordenave (1994, p. 17) salienta que participação “não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano”. Ao privar o formando da participação em uma solenidade de colação de grau em uma instituição pública, a universidade passa a ferir a natureza social do homem, não levando em consideração o fato de que a “frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social.” Bordenave (1994, p.17).

Com os gestores da UFSC alheios a essa situação, a formatura da UFSC passou a representar uma solenidade com características excludentes, que promovia conflitos entre os formandos e gerava constrangimento por parte destes e seus familiares. Muitas vezes, em função da situação econômica, o estudante não contribuía com as mensalidades estipuladas pelas comissões de formatura, o que tinha como consequência a negação da sua participação nas mesmas condições que aqueles que haviam efetivado o pagamento. Em alguns casos, em respeito à legislação acadêmica da UFSC, o secretário de Centro ou o coordenador do Curso faziam valer o direito do estudante de fazer parte da solenidade mesmo sem ter contribuído financeiramente, porém em condições diferenciadas, como por exemplo, sendo a beca e o capelo fornecidos pela UFSC, diferentes dos usados pelos demais formandos. Em outros casos, em função dos custos, o formando optava em colar o grau separado dos demais, geralmente em cerimônia realizada no próprio Centro de Ensino, em sessão específica.<sup>2</sup>

A ocorrência dessa situação aumenta e exterioriza ainda mais a margem de separação entre as classes sociais. Participar vai além do simples ato de se fazer presente. De acordo com Gutierrez (2004, p. 7), “faz referência à possibilidade de um indivíduo incorporar as práticas e características de um grupo mais amplo, de forma a vir ser reconhecido e aceito como parte ou membro dele.”.

No entanto, o objetivo do mercado é fazer valer a garantia do lucro. Com essa apropriação das formaturas da UFSC, as regras passaram a ser estabelecidas a partir de interesses em que poucos ganham e poucos participam, ou seja, mantêm-se os privilégios, fortalecem-se as diferenças e o espaço público é deteriorado.

Com essa visão, as empresas apropriaram-se das formaturas utilizando as mais diversas formas para vender seus produtos, sendo uma destas a invasão do próprio espaço público da Universidade tomando, em alguns casos, o próprio tempo destinado à aula para apresentar seus produtos, valendo-se sabiamente da política cognitiva<sup>3</sup> envolvendo os alunos, na perspectiva de aumentar o número de clientes.

Avelar (2007, p. 3) alerta para a invasão do espaço institucional por esse ramo do mercado e a ingerência da gestão universitária sobre esse tema, ao destacar que:

Há dissonância nos espaços acadêmicos quando se vê, pelos corredores das faculdades, a panfletagem de várias empresas de formatura comercializando símbolos e preparativos para cerimoniais, além do assédio sorrateiro aos alunos. Ações cotidianas que nos levam a sugerir que existe rara reflexão a respeito por parte dos agentes envolvidos com o ensino superior.

---

<sup>2</sup> Condição prevista no Estatuto da UFSC (UFSC, 2011), também conhecida como formatura em gabinete.

<sup>3</sup> “Consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção.” (RAMOS, 1989, p. 87).

Os elevados custos que compõem uma formatura sob a lógica do lucro trazem outro fator que merece uma reflexão, ou seja, a ansiedade do aluno em perceber os valores impostos para sua participação e a certeza de não poder cumprir o desembolso, pois muitas vezes os altos custos das formaturas vão além dos investimentos com o próprio curso de graduação.

Assim, a prática da formatura da UFSC estava sendo realizada, até 2004, sob a lógica do mercado, na qual o fator econômico superava a responsabilidade social da instituição em garantir a justiça social, a democracia e a dignidade dos seus formandos, no processo de colação de grau.

Essa situação, gerava conflito entre os estudantes, pois havia um divisor de águas na concepção da prática da solenidade de colação de grau, ou seja: os alunos que, atendendo aos assédios das empresas especializadas, contratassem a organização da cerimônia estariam inseridos no processo e conseqüentemente receberiam a outorga de grau da autoridade máxima da instituição, em uma solenidade tão luxuosa quanto onerosa; os outros que, por falta de condições financeiras em atender os requisitos econômicos não fazem o mesmo, não participavam da cerimônia ou, quando participavam, eram tratados de maneira diferenciada, gerando um processo discriminatório.

Nesse contexto, cabe aqui alguns questionamentos. Como pode uma instituição pública que possui entre atributos da sua responsabilidade social a democracia, a justiça social e o bem comum permitir que o fator econômico cerceie a participação de alunos em uma solenidade efetivamente institucional e de caráter acadêmico? Como pode uma Universidade manter tal ingerência sobre a prática das formaturas, a ponto de permitir seu total controle pelas empresas privadas? Como promover a inserção dos alunos que, da mesma forma que os demais, têm o direito de participação e sonham com o grande momento da solenidade da sua formatura?

Na busca de soluções para esses questionamentos, a Universidade Federal de Santa Catarina desencadeou um processo de resgate da prática da solenidade pública de colação de grau, visando ao desenvolvimento e preservação do espaço público, que ao longo do tempo veio sendo desfigurado por meio da ação mercadológica que envolveu as solenidades de colação de grau até o ano de 2004.

Essa movimentação em torno da possível mudança promoveu desconfiança e insegurança por partes dos alunos, empresários do setor e de alguns gestores universitários. Porém, o desencadeamento deste processo de mudança foi fortalecido pelo próprio descontentamento dos alunos e seus familiares que se sentiam alijados dos seus direitos, assim com pelo querer institucional estabelecido, pela determinação e pela convicção de gestores da Universidade de que algo precisaria ser feito, de que a Universidade não poderia mais compactuar com a apropriação desse espaço público pelo setor privado, enfraquecendo-o e desorganizando-o.

Um fator importante a ser considerado nesse contexto é a relação entre a esfera pública e privada que se estabeleceu na UFSC para que o Centro de Cultura e Eventos, atual palco das formaturas públicas da UFSC, fosse concluído. Com a diminuição da liberação de recursos financeiros pelo Governo Federal e a necessidade de conclusão da obra, que se encontrava parada por falta de recursos, a UFSC deparou-se com a necessidade de se valer de parcerias com a iniciativa privada, na busca de alternativas para a conclusão do Centro de Cultura e Eventos. Assim, valendo-se de processos licitatórios previstos na legislação, a Universidade estabeleceu parcerias público-privadas visando à materialização do espaço público que tornou possível a implementação da formatura pública da UFSC.

Isso posto, sugerimos aqui uma reflexão. Com as políticas públicas educacionais que a partir dos anos 1990 foram norteadas pelo neoliberalismo, a educação pública superior deixou de ser prioritária para o Governo e passou a ser possível de ser comercializada (SANTOS, 2005). Com isso os aportes financeiros para as universidades públicas foram



reduzidos. Assim, fazemos os seguintes questionamentos: se a UFSC não tivesse estabelecido parcerias com a iniciativa privada, o palco das formaturas públicas teria sido consolidado? A UFSC poderia resgatar a formatura pública dos seus cursos de graduação com bom nível de qualidade sem o aporte financeiro oriundo da iniciativa privada, por meio das licitações públicas? A UFSC poderia promover o exercício da cidadania dos seus formandos com a mesma intensidade que vem promovendo hoje? Assim, a realidade que se apresenta é a que demonstra que muitas vezes, para que a Instituição cumpra seu papel social visando ao bem comum, à democracia e à justiça social, precisa existir o querer institucional e muitas vezes, para concretizar determinadas ações, a Instituição tem que se valer de mecanismos que materializem e sustentem esses objetivos. Entre esses mecanismos estão as parcerias com a iniciativa privada, mantidas por meio de pressupostos estabelecidos na legislação federal, diante da ausência de financiamentos públicos.

Assim, a Universidade, dispondo de um espaço para realizar as solenidades de colação de grau (ou seja, o Centro de Cultura e Eventos) e atenta ao movimento privatista que dominava as solenidades, fortalecendo a apropriação do espaço público pelo setor privado, adotou uma nova prática de gestão para as solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação. A Resolução nº 017/CEG/2009 (UFSC, 2009) da Câmara de Ensino de Graduação, que trata dessa prática acadêmica, estabeleceu as novas normas referentes à organização das solenidades, visando ao resgate da formatura pública na UFSC.

Nestes termos, as solenidades passaram a ser totalmente organizadas e executadas por servidores da UFSC, realizadas exclusivamente nas dependências da Universidade e, o mais importante, com garantia de acesso, sem custo e com igualdade de condições para todos os formandos, promovendo a inclusão social dos formandos oriundos das classes sociais menos favorecidas.

O resgate da publicidade das formaturas dos cursos de graduação da UFSC, é o resultado do esforço e determinação da administração em enfrentar as dificuldades do contexto gerado com a implementação, a partir dos anos 1990, das políticas públicas à luz do neoliberalismo. Esse enfrentamento visava atender à expectativa de promover o resgate e preservação do espaço público, cumprindo seu compromisso social. Diante da legislação vigente para as instituições públicas e da escassez de servidores e de recursos financeiros, a implementação desse modelo representa acima de tudo a necessidade de comprometimento por parte dos servidores da Instituição, ousadia e coragem para romper a lógica do mercado disseminada dentro da própria Instituição, que dominava as regras para a realização das solenidades de colação de grau dos seus cursos de graduação. A UFSC reassumiu e democratizou a responsabilidade de um serviço que, em função das próprias políticas públicas de racionalização financeira, foi praticamente todo transferido à iniciativa privada, a qual, pela cultura sedimentada pelos interesses comerciais, estabelecia as regras de inclusão sempre definidas mediante a participação financeira dos estudantes.

Um aspecto importante a ser destacado é o impacto que essa ação gerou diante das empresas de formaturas e mesmo dos formandos. Quanto às empresas, ficava clara a inquietação, preocupação e até indignação dos empresários locais do ramo com a possibilidade de perder clientes e consequentemente diminuir sua margem de lucro, em função de uma ação da Universidade que, segundo eles, não estava preparada para realizar as formaturas com o bom nível de qualidade necessário para atender às expectativas dos formandos. Quanto aos alunos, além da natural resistência à mudança inerente ao ser humano, que teme o novo, a influência das empresas foi implacável ao fortalecer a sua insegurança a respeito do que poderia ocorrer com a solenidade pública realizada sob as novas regras da UFSC.

Assim, os primeiros anos da prática da formatura pública e essencialmente acadêmica foram marcados por trabalho de conscientização de todos os envolvidos a respeito

da real intenção da UFSC em implantar o novo formato para a realização das solenidades de colação de grau pública. Um processo de aprendizagem, persistência e mudança cultural envolveu alunos, diretores de centros, coordenadores de cursos, pró-reitores das áreas acadêmicas, reitor e servidores do Departamento de Cultura e Eventos.

Atualmente, já consolidadas e aceitas pela comunidade universitária e pelas próprias empresas de formatura, as solenidades da UFSC são encaradas à luz do caráter público e acadêmico. A sua organização é realizada pelo Departamento de Cultura e Eventos da UFSC, juntamente com a direção dos centros de ensino, em articulação com os coordenadores de cursos e as comissões de formaturas. A programação do calendário das formaturas é realizada com um ano de antecedência, respeitando o calendário escolar definido pelo Conselho Universitário e em conjunto com os centros de ensino. As datas são definidas respeitando-se as especificidades de cada curso.

De acordo com a Resolução 017/CEG/2009 (UFSC, 2009), a UFSC passou a disponibilizar para a realização das solenidades no Centro de Cultura e Eventos toda a infraestrutura necessária além de servidores da Instituição que foram aos poucos sendo capacitados para exercerem suas atividades com bom nível de qualidade e os formandos participam da solenidade sem arcar com qualquer tipo de custo e em igualdade de condições.

Nesses termos, consideramos que uma das maiores transformações ocorridas com a nova prática, foi o respeito às diferenças e o respeito ao espaço público. Uma solenidade de formatura de um curso como Medicina ou Direito, costumeiramente luxuosa, é exatamente igual à solenidade de qualquer outro curso, na qual todos os formandos participam do mesmo modo, independentemente da situação financeira, comemorando juntos um momento que foi esperado, ao longo do curso, por todos.

Concebemos o espaço público da UFSC sendo fortalecido segundo a concepção de Habermas (1984, p. 14), que considera como públicos “certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um”. Consideramos que esse seja um dos maiores avanços e uma das maiores conquistas dos gestores da UFSC em relação à adoção da formatura pública.

Corroboramos com Avelar (2007), que considera que a solenidade de colação de grau vai além de uma reprodução impulsionada pela história e/ou pelos valores mercadológicos. Ela deve ser realizada de maneira responsável e consciente pelos dirigentes universitários, que, “com um olhar crítico, devem procurar abster-se da alienante cultura do espetáculo, para que a razão da educação seja, de fato, convalidada nesse ato e não se perca em meio às festas e ornamentações.” (AVELAR, 2007, p. 7).

A formatura pública e democrática da UFSC que vem sendo executada desde 2004 já envolveu mais de quinze mil formandos, que puderam vivenciar valores correspondentes à democracia e respeito. A Tabela 1 demonstra o número de formandos e o público atingido com esse novo modelo.

Tabela 1 - Evolução da realização de solenidade pública de colação de grau da UFSC – Período 2004 – 2011

<b>ANO</b>	<b>TOTAL CERIMÔNIAS</b>	<b>Nº DE FORMANDOS</b>	<b>PÚBLICO</b>
2004	26	1.087	-
2005	61	2.425	56.850
2006	58	2.426	50.580
2007	54	2.494	53.200
2008	53	2.551	57.532
2009	60	2.608	50.580
2010	57	2.717	52.025

2011(*)	39	1.593	28.000
<b>TOTAL</b>	<b>408</b>	<b>17.847</b>	<b>348.767</b>

(\*) Período compreendido entre fevereiro e maio de 2011.

Fonte: Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC de 2011 (2011a).

### **Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa**

Como comentado anteriormente, o projeto de pesquisa de que trata este artigo, procura responder às questionamentos que envolvem a contribuição da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC para com a organização, desenvolvimento e fortalecimento do espaço público da Instituição. Para isso, partimos de uma realidade concreta, ou seja, da UFSC e da formatura pública dos seus cursos de graduação. As relações sociais que envolvem esse fenômeno são analisadas, compreendidas e posteriormente interpretadas à luz da teoria, na busca de respostas para as inquietações que motivaram o estudo.

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, que, segundo Triviños (1987), está entre os tipos de pesquisas de natureza qualitativa.

Nesses termos, o estudo possui sua natureza qualitativa na essência, não deixando de utilizar aspectos quantitativos de alguns elementos que possam dar suporte à análise do fenômeno estudado.

A abordagem qualitativa, foco da abordagem deste estudo, é descritiva e considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo da pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva, pois o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente, sendo o processo e seu significado focos principais de abordagem (TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987) considera que os resultados de uma pesquisa descritiva são expressos em descrições, narrativas e declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, acompanhado de fragmentos de entrevistas. Ainda segundo o autor, na pesquisa qualitativa a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base e percepção de um fenômeno num contexto.

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso orientado pela natureza qualitativa tem o objetivo de analisar profundamente determinada realidade social e envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Assim, o estudo de caso proposto no projeto de pesquisa é caracterizado por ser descritivo, interpretativo e explicativo, haja vista descrever, interpretar e explicar as características do fenômeno ocorrido dentro da instituição, qual seja, a prática da formatura pública dos cursos de graduação da UFSC.

O estudo de caso pretende, a partir da análise profunda da solenidade pública de colação de grau dos cursos de graduação da UFSC, desenvolver um conhecimento aprofundado de uma realidade social existente na UFSC, visando à construção de conhecimento científico que possa legitimar o desenvolvimento de políticas institucionais que proporcionem a preservação e desenvolvimento do espaço público e, conseqüentemente, o fortalecimento da universidade como instituição pública.

A pesquisa bibliográfica também é utilizada, na medida em que estão sendo usado para a pesquisa, material já publicado, tendo como fonte principalmente livros, artigos de periódicos e atualmente, a internet. Por fim, a pesquisa documental elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico como decretos, resoluções, relatórios entre outros documentos, também é utilizada como um dos métodos que subsidiam o estudo.

A população da pesquisa é constituída por gestores das unidades acadêmicas, pelo gestor da unidade responsável pela gestão do processo de formatura pública da UFSC, ou seja, o diretor do Centro de Cultura e Eventos da UFSC, e pela Pró-Reitora de Ensino de Graduação.

Triviños (1987) considera que a amostra, na pesquisa qualitativa, é uma parte da população, que segundo critérios do pesquisador, é delimitada conforme os objetivos do estudo.

Assim, para o estudo, a amostra foi definida de acordo com os seguintes critérios:

a) **Docente da UFSC que esteja ocupando o cargo de coordenador de curso de graduação presencial da UFSC, do *campus* de Florianópolis, que esteja na ativa, ou seja, que esteja exercendo suas atividades na UFSC.**

Este critério tem sua importância na medida em que os coordenadores dos cursos de graduação têm relação direta com os alunos, interagindo ou apenas observando a expectativa, preparação e os conflitos gerados em torno da solenidade de colação de grau. O fato de o critério restringir aos coordenadores que estejam na ativa é importante na medida em que, apesar da rica contribuição que servidores aposentados poderiam fornecer, no momento da pesquisa não estão vivenciando o impacto das transformações ocorridas com a implantação da prática da formatura pública da UFSC. A restrição aos cursos presenciais se dá em função de que o processo de implantação da formatura pública para os cursos de graduação a distância encontra-se em fase inicial, dadas as suas especificidades, que demandam adaptações em relação a prática usada para os cursos presenciais, objeto de investigação do estudo. Em relação aos coordenadores dos cursos existentes nos *Campi* do interior do estado de Santa Catarina, estes também foram excluídos, uma vez que a implantação destes *campi* é recente, não havendo até a presente data nenhuma turma de formandos.

Atualmente a UFSC possui, no *campus* de Florianópolis, 54 (cinquenta e quatro) Coordenadores de Cursos de Graduação, distribuídos nas 08 (oito) grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CAPES, 2009).

b) **Docente da UFSC que esteja ocupando o cargo de coordenador de curso de graduação presencial e que tenha ingressado para o corpo de docentes da UFSC até 31/12/1980.**

Julgamos esse critério importante, uma vez que o coordenador que ingressou na UFSC como docente até o ano de 1980 vivenciou a formatura pública, a sua privatização a partir dos anos 1990, o resgate do seu caráter público a partir de 2004, assim como as demais transformações que a universidade pública vem sofrendo ao longo desses anos.

Identificados os coordenadores que atendam aos critérios apresentados, cada um será relacionado a respectiva grande área de conhecimento, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esse estrato da população que constitui a pesquisa visa atingir uma amostra heterogênea que represente a diversidade que constitui a Universidade. Coordenadores de diferentes áreas de conhecimento podem representar diferentes percepções das relações sociais, diferentes interesses ideológicos, além de conviverem, no seu ambiente de trabalho, com alunos com características distintas dentro da respectiva área de conhecimento.

Com isso, serão selecionados sete coordenadores de curso de graduação, uma vez que os potenciais entrevistados estão distribuídos entre 07(sete) das 8(oito) grandes áreas de conhecimento da CAPES (CAPES, 2009).

**c) Servidor da UFSC que esteja ocupando o cargo de Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UFSC.**

A importância deste entrevistado para a pesquisa está na abrangência da sua área de atuação dentro da Instituição e no fato de representar os atores sociais com o poder de tomada de decisão em nível de políticas institucionais na área acadêmica. Conhecer a percepção que este gestor possui em relação à formatura pública da UFSC e sua influência no desenvolvimento e preservação do espaço público da Instituição tem possibilidade de gerar subsídios que possam enriquecer o presente estudo.

**c) Servidor da UFSC que esteja ocupando o cargo de diretor do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC.**

Esta unidade administrativa da Instituição é responsável, desde o ano de 2004, pelo planejamento, desenvolvimento e execução das formações públicas da UFSC, estando, portanto, envolvida com o processo de resgate do caráter público das solenidades desde a sua idealização até os dias atuais. A riqueza de informações com que este gestor poderá contribuir para a presente pesquisa faz com que ele faça parte da amostra proposta.

Para a coleta de dados será utilizada a aplicação de entrevista semiestruturada, análise de documentos e observação direta.

A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos básicos utilizados pela pesquisa qualitativa para coleta de informações. Para Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. O autor salienta também que a entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos que são embasados por teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. Essas perguntas básicas podem, dependendo do transcorrer da entrevista, gerar novas perguntas, ou seja, perguntas derivadas.

Triviños (1987, p. 146) atribui à entrevista semiestruturada a possibilidade do enriquecimento da pesquisa, afirmando que ela “ao mesmo tempo valoriza a presença do pesquisador, oferece as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Além das perguntas direcionadas à caracterização do entrevistado, outras perguntas constituirão o roteiro da entrevista e servirão de base para a busca de informações que, alinhadas à fundamentação teórica utilizada, proporcionarão a análise do objeto de investigação. Essas perguntas, mesmo que não explícitas, estão organizadas por categorias predefinidas, que fundamentarão o processo de interpretação e análise do conteúdo das informações obtidas nas respostas dos entrevistados. A importância da predefinição dessas categorias se dá justamente em função do instrumento de pesquisa a ser utilizado. Como comentado anteriormente, a entrevista semiestruturada permite que as perguntas sejam modificadas no decorrer da entrevista, eliminando ou acrescentando questionamentos. Ao ter as categorias predefinidas, o pesquisador não corre o risco de desviar o foco da sua investigação no decorrer da entrevista, indo ao encontro do que Triviños (1987, p. 146)

salienta: “os questionamentos podem gerar novas perguntas a partir das respostas dos informantes, entretanto, o pesquisador deverá manter o foco principal da pesquisa”.

Cabe salientar que as categorias referenciadas são, neste momento, apenas predefinidas. Durante a análise das informações obtidas pelas entrevistas, à luz da teoria estudada, outras categorias poderão ser estabelecidas.

Nesses termos, o instrumento de pesquisa será constituído por perguntas que envolverão as seguintes categorias, ora preestabelecidas:

a) **Universidade pública:** nesta categoria, a perspectiva é perceber qual a concepção que o entrevistado tem sobre universidade pública e qual deve e/ou é a relação entre ela e a sociedade; qual a influência das políticas públicas para a educação e em especial para as atividades dele (o entrevistado) na Instituição; qual o papel do gestor público acadêmico na legitimação da universidade como instituição pública.

b) **Espaço público:** nesta categoria, a expectativa é compreender como o entrevistado percebe o espaço público existente na universidade pública; como é percebido o processo de inclusão, participação e democracia nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração dentro da UFSC; qual o papel do gestor público acadêmico no desenvolvimento do espaço público existente na universidade.

c) **Formatura pública:** a partir da visão do entrevistado sobre a universidade e sobre o espaço público, buscaremos com esta categoria compreender como o gestor entrevistado percebe o resgate da formatura pública da UFSC e sua relação com o desenvolvimento do espaço público da Instituição. Informações sobre: como é vista, por parte do entrevistado, a expectativa dos alunos para a realização das suas formaturas; qual a relação da formatura pública da UFSC com o processo de inclusão, participação e democracia e qual a influência da formatura pública no processo de fortalecimento da Universidade como instituição pública, são aspectos que pretendemos compreender a partir da percepção do entrevistado.

Assim, o instrumento de pesquisa utilizado no estudo para coleta de informações, é composto por perguntas básicas, previamente organizadas, que nortearão as entrevistas a serem realizadas.

## **Considerações finais**

No universo acadêmico, inúmeras investigações analisam as causas e efeitos que deterioram e desenvolvem os espaços públicos na universidade federal. Todavia, um número muito reduzido de estudos trata a formatura dos cursos de graduação das universidades públicas, como uma prática potencializadora do enfraquecimento ou fortalecimento desse espaço.

Nessa perspectiva, acreditamos que este projeto de pesquisa poderá vir a contribuir com os gestores universitários e com a própria comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de discussão em torno da prática das formaturas públicas das universidades federais, como também para o desenvolvimento de novas ações institucionais que visem ao desenvolvimento e preservação do espaço público. Além disso, o estudo poderá, quiçá, possibilitar alguns subsídios para possíveis estudos, para outras instituições públicas federais de ensino superior, em torno da prática da solenidade de colação grau dos seus cursos de graduação.

A UFSC vive nos dias atuais um processo de expansão e tem dado atenção especial para implementação de ações institucionais com vistas a ampliação e democratização do acesso, aumentando a diversidade do perfil do estudante universitário. Assim, o estudo pode ser considerado oportuno, justamente pelo momento em que vive a Instituição. Julgamos relevante que a elaboração de diretrizes institucionais visando o fortalecimento da Universidade como instituição pública, seja fundamentada por meio de pesquisas científicas, legitimando assim as políticas institucionais.

Nestes termos o presente estudo ainda é um processo em construção, que efetivamente procura contribuir para a produção do conhecimento científico acerca da construção, fortalecimento e desenvolvimento do espaço público na UFSC.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Ediana Abreu. *A prática da formatura na educação superior: apontamentos para uma reflexão*. 2007. Disponível em:

<[http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs\\_revistas/dialogia/dialogia\\_v6/dialogia\\_v6\\_4m36.pdf](http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/dialogia/dialogia_v6/dialogia_v6_4m36.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na Universidade Federal. In: *Reflexão e Ação – Universidade: contexto e reflexões*. Universidade de Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, jul-dez.2003.

CAPES. *Tabelas áreas de conhecimento*. Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_042009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2011.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.24, p. 5-15, set-dez. 2003.

FLORENZANO, Éverton. *Dicionário Ediouro da língua portuguesa*. Edição ampliada por Osmar Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. *Por que é tão difícil participar?: o exercício da participação no campo educacional*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MINGUILI, Maria da Glória; CHAVES, Adriana Josefa; FORESTI, Miriam Celí Pimentel Porto. *Universidade brasileira: visão histórica e papel social*. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%201%20-%20Tema%201.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ROIO, Marcos Del. *A universidade pública e o vírus do privatismo*. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87roio.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MASIH, Rogério Teixeira. *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. *Regimento geral*. 1982. Disponível em: <[http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/Regimento\\_UFSC\\_GERAL.pdf](http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/Regimento_UFSC_GERAL.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução N° 17/CUN/97*, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. 1997. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução N° 017/CEG/2009*, de 10 de junho de 2009. Estabelece as normas referentes à organização das solenidades de colação de grau dos alunos concluintes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/R017CEG2009%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento de Cultura e Eventos da UFSC/2011*. 2011a. Departamento de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina*. 2011. Disponível em: <[http://reitoria.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Estatuto\\_web.pdf](http://reitoria.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Estatuto_web.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2011.